



Câmara Municipal

Reunião ordinária do Executivo Municipal, a realizar no dia 27 de julho de 2026, pelas 14h30

ORDEM DO DIA

- **BALANCETE**
- **PRESIDÊNCIA:**
 - **PROPOSTA DO PRESIDENTE**
 - **INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE**
- **SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL**
- **DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÓMICO:**
 - **DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE**
 - **DIVISÃO DE COESÃO SOCIAL E SAÚDE**
 - **DIVISÃO DE CULTURA**
 - **DIVISÃO DE ECONOMIA, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO**
 - **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO**
 - **DIVISÃO DE HABITAÇÃO**
- **DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, INFRAESTRUTURAS E AMBIENTE:**
 - **DIVISÃO DE EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS**
 - **DIVISÃO DE PROJETOS E EMPREITADAS**
- **DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PARTILHADOS:**
 - **DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**
 - **UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**
- **DEPARTAMENTO DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:**
 - **DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

Tomar, 22 de julho de 2026

O Presidente da Câmara Municipal

Tiago Carrão



Câmara Municipal



Ordem do Dia

Data: 2026-07-27

Início: 14h30

Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho

PRESIDÊNCIA:

PROPOSTA DO PRESIDENTE:

N.º 01 – APOIO FINANCEIRO E PATRIMONIAL ÀS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE TOMAR – autorização genérica para o mandato 2025-2029 (27/PPRC/PR/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal proposta a submeter à Assembleia Municipal visando obter autorização para, durante o período correspondente ao atual mandato autárquico, conceder apoios às Freguesias do Município, nos termos, limites, pressupostos e condições nela constantes.

Proposta de Deliberação: aprovar a proposta e submetê-la à Assembleia Municipal, para efeitos de deliberação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE:

N.º 02 – ANÁLISE E VALIDAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO PARA HABITAÇÕES PRÓPRIAS PERMANENTES ATINGIDAS PELA TEMPESTADE KRISTIN, NOS TERMOS DA PORTARIA N.º 63-A/2026, DE 9 DE FEVEREIRO (909/ENTE/DAJA/2026 - 2/ORGFUN/PR/2026)

Proposta do Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal a informação n.º 86/GPAT/2026, relativa à análise e validação pelo Município de Tomar dos pedidos de apoio para habitações próprias permanentes atingidas pela tempestade Kristin, efetuados nos termos da Portaria n.º 63-A/2026, de 9 de fevereiro.

Proposta: tomar conhecimento.

N.º 03 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025 (86/PGEN/DAJA/2026 - 11/ORGFUN/PR/2013)

Proposta do Presidente referente aos despachos efetuados no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 7 de novembro de 2025.

Proposta: tomar conhecimento.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL:

N.º 04 – SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL E GABINETE TÉCNICO FLORESTAL– atividade operacional no ano de 2026 (756/PGEN/DPC/2026)

Proposta do Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal informação relativa à atividade operacional do Serviço Municipal de Proteção Civil e do Gabinete Técnico Florestal no mês de junho.

Proposta: tomar conhecimento.



Câmara Municipal

4

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÓMICO:

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:

N.º 05 – PLANO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE TOMAR 2025-2029
(14/PPRC/DADJ/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo a aprovação do Executivo Municipal o Plano Municipal da Juventude de Tomar e respetiva submissão à Assembleia Municipal, nos termos e fundamentos da informação n.º 2549/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar o Plano Municipal da Juventude de Tomar e submetê-lo a aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 06 – APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO AO CENTRO RECREATIVO E CULTURAL DO CASAL DA AZINHEIRA E CASAL DA ESTRADA (3634/ENTE/DAJA/2026 - 1/APOIOS/DADJ/2023)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro extraordinário ao Centro Recreativo e Cultural do Casal da Azinheira e Casal da Estrada, no montante de 2.982,75€ (dois mil, novecentos e oitenta e dois euros e setenta e cinco cêntimos), destinado à aquisição de uma bancada frigorífica refrigerada em inox, de 2,00 metros, com 3 portas, nos termos e fundamentos da informação n.º 2527/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: atribuir o referido apoio, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 07 – APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO AO ROTARY CLUB DE TOMAR CIDADE (4146/ENTE/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro extraordinário ao Rotary Club de Tomar Cidade, no montante de 3.000,00€ (três mil euros), destinado à comparticipação nas despesas da segunda fase do projeto "Abraçar o Rio" Nabão, nos termos e fundamentos da informação n.º 2534/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: atribuir o referido apoio, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal

4

N.º 08 – CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO – Sport Clube Operário de Cem Soldos (286/PGEN/DADJ/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência, gratuita e temporária, ao Sport Clube Operário de Cem Soldos de equipamento de cozinha, com o valor patrimonial global de 1.034,69€ (mil, trinta e quatro euros e sessenta e nove cêntimos), nos termos e fundamentos da informação n.º 2523/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: autorizar a cedência gratuita e temporária, a título de comodato, dos equipamentos de cozinha da EB2/3 Gualdim Pais ao Sport Clube Operário de Cem Soldos, nos termos e condições constantes da informação técnica, ao abrigo das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Autorizar o Sr. Presidente a outorgar o respetivo auto de cedência.

DIVISÃO DE COESÃO SOCIAL E SAÚDE:

N.º 09 – CENTRO DE APOIO À FAMÍLIA - PROTOCOLO COM O CENTRO HUMANITÁRIO ABRANTES-TOMAR DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA (21/ESPP/DEISA/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do novo protocolo de cooperação a estabelecer com o Centro Humanitário Abrantes-Tomar da Cruz Vermelha Portuguesa, a estabelecer os termos da cooperação institucional no âmbito do Centro de Apoio à Família (CAF), com vista ao apoio a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, mediante a gestão e operacionalização do Fundo Social Comunitário, nos termos e fundamentos da informação n.º 2553/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: revogar o Protocolo de Cooperação celebrado em 1 de junho de 2022 e aprovar a minuta do novo protocolo de cooperação (versão 3), nos seus exatos termos.

DIVISÃO DE CULTURA:

N.º 10 – FESTA NA PRAÇA CONTINENTE TOMAR (1499/ENTE/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal, pelos fundamentos que apresenta, a integração do Município na rota nacional da Festa na Praça Continente 2026, a realizar nos dias 14 e 15 de agosto, nos termos constantes da informação n.º 2547/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: aceitar a integração do Município na rota nacional da Festa na Praça Continente 2026, nos dias 14 e 15 de agosto;

aprovar a cedência do espaço público e da área técnica necessária, a isenção das taxas e licenças municipais aplicáveis, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar, e o apoio logístico previsto nas alíneas a), b), c) e d) da informação;

autorizar o investimento financeiro municipal, no valor global estimado de 5.300,00€ (cinco mil, trezentos euros), correspondente ao aluguer de 2 WC químicos para a equipa técnica, à contratação de projetos artísticos locais, de segurança e de serviços gratificados à Polícia de Segurança Pública, e ao pagamento de SPA aos artistas contratados pelo Município e de PassMúsica.



Câmara Municipal



N.º 11 – PREÇO DE BILHETES DE INGRESSO EM ESPETÁCULOS (182/PGEN/DTC/2026 - 8/DIVER/DTC/2014)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o preço do bilhete de ingresso nos espetáculos que integram a regular programação do Cine-Teatro Paraíso, nos meses de julho a dezembro, nos termos e fundamentos da informação n.º 2461/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar os preços dos bilhetes de ingresso nos seguintes espetáculos:

ATELIERS DE ARTES, Mãos nas Artes, Especial Verão: 10,00€ (dez euros) por participante pela totalidade da atividade (5 dias, 27 a 31 de julho);

Concerto Orquestra Sinfónica de Thomar: 5,00€ (cinco euros) – 1 de agosto;

Teatro - Memória do Barro: 5,00€ (cinco euros) – 5 de setembro;

Infância - Chão de Meninos: 3,00€ (três euros) – 19 de setembro;

Teatro - Na minha boca: 5,00€ (cinco euros) – 26 de setembro;

Infância - TU-TUUU, Dança e música para bebés - 3,00€ (três euros) – 3 de outubro (datas/sessões a confirmar);

Dança - ONIX: 5,00€ (cinco euros) – 9 de outubro;

Infância - História da Gaivota e do Gato Que Ensinou a Voar: 3,00€ (três euros) – 7 de novembro;

Música - Folk Songs & Songs: 5,00€ (cinco euros) – 13 de novembro;

Teatro - Welcome to Europe: 5,00€ (cinco euros) – 21 de novembro;

Música - HAROLD: 5,00€ (cinco euros) – 4 de dezembro.

DIVISÃO DE ECONOMIA, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO:

N.º 12 – FEIRA DE SANTA IRIA 2026 (4155/ENTE/DAJA/2026 - 2/DIVER/GELS/2026)

Proposta de Deliberação do Vereador Samuel Fontes submetendo a aprovação do Executivo Municipal a participação do Exército Português na Feira de Santa Iria, nos termos e fundamentos da informação n.º 429/GELS/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar a participação do Exército Português na Feira de Santa Iria, considerando-o de relevante interesse público, e autorizar a cedência de um espaço localizado na parte frontal do Tribunal Judicial para instalação da viatura e equipamentos, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 4.º do regulamento da Feira de Santa Iria;

Isentar do pagamento das taxas de ocupação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.



Câmara Municipal



DIVISÃO DE EDUCAÇÃO:

N.º 13 – GARANTIA PARA A INFÂNCIA - NOMEAÇÃO DO GESTOR DA INFÂNCIA (8/ESPP/DEISA/2025)

Proposta da Vereadora Célia Bonet submetendo a apreciação do Executivo Municipal a informação n.º 1197/DEISA/2026 relativa à nomeação da Técnica Municipal Ana Catarina Faria Menino como Gestora da Infância no âmbito do Contrato Local de Desenvolvimento Social de 5.ª Geração (CLDS-5G) de Tomar.

Proposta: tomar conhecimento.

N.º 14 – ACADEMIA DE VERÃO FÓRUM ESTUDANTE 2026 DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR (4079/ENTE/DAJA/2026 - 1/ATIVID/DEISA/2023)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, na sequência da informação n.º 2462/DTC/2026, aprovou a dinamização, no dia 20 de julho, de atividades no âmbito da Academia de Verão Fórum Estudante, promovido pelo Instituto Politécnico de Tomar, nos respetivos termos e fundamentos.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 996/DTC/2026, de 16 de julho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 15 – PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2026/2027 (9/PPRC/DEISA/2026 - 1/TRESC/DEISA/2023)

Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet submetendo a aprovação do Executivo Municipal o plano de transportes escolares para o ano letivo 2026/2027, nos termos e fundamentos da informação n.º 2548/DTC/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2026/2027 tendo em consideração o parecer favorável do Conselho Municipal de Educação de Tomar, emitido por unanimidade em reunião de 21 de julho de 2026, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro;

Remeter o referido Plano à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e proceder à sua divulgação junto dos Agrupamentos de Escolas do concelho e demais entidades envolvidas, para efeitos de organização e operacionalização dos circuitos nele previstos.

DIVISÃO DE HABITAÇÃO:

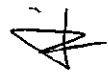
N.º 16 – AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA NA HABITAÇÃO MUNICIPAL SITA NA RUA JOÃO CASTILHO, N.º 14 (4100/ENTE/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 2521/DTC/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal autorização de residência para parte dos elementos cuja integração na habitação municipal sita na rua João Castilho, n.º 14, foi requerida, a título excecional e temporário, nos termos e condições constantes da informação n.º 1514/DEISA/2026, e o indeferimento do pedido relativamente a um dos elementos, pelos fundamentos nela enunciados.

Proposta de Deliberação: nos termos da proposta.



Câmara Municipal



DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, INFRAESTRUTURAS E AMBIENTE:

DIVISÃO DE EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS:

N.º 17 – INTEGRAÇÃO DE TROÇOS DAS EN349-3, EN110 E EN110-5 NA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL (1810/ENTE/DAJA/2026 - 3/DIVER/PR/2013)

Proposta de Deliberação do Presidente na sequência da proposta de acordo de mutação dominial apresentada pela Infraestruturas de Portugal, SA, visando a integração na rede viária municipal de troços das EN349-3, EN110 e EN110-5, identificados na cláusula primeira, excluindo a infraestrutura de canal técnico rodoviário destinada a alojar ativos de redes de telecomunicações, decorrente da apreciação técnica constante da informação n.º 7226/DOM/2026, e do parecer n.º 81/DAJA/2026, nos respetivos termos.

Proposta de Deliberação: aceitar a celebração de Acordo de Mutação Dominial com a Infraestruturas de Portugal, SA, mediante aceitação das alterações, por aditamento, às cláusulas 5.ª e 13.ª da minuta apresentada, e aclaração da cláusula 14.ª, nos termos da informação jurídica constante do parecer n.º 81/DAJA/2026;

Obtida a validação da Infraestruturas de Portugal, SA, às alterações ora propostas, submeter o processo à autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

DIVISÃO DE PROJETOS E EMPREITADAS:

N.º 18 - EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS PARA HABITAÇÃO A EDIFICAR NA TRAVESSA DR. GIL MARTINS - CHOROMELA – trabalhos complementares (214/EMPR/DOM/2026 - 58/CONPUB/DOM/2024)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal os trabalhos complementares na empreitada de conceção-construção dos edifícios para habitação a edificar na Travessa Dr. Gil Martins – Choromela, no valor global de 88.888,90€ (oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito euros e noventa centimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, nos termos e fundamentos das informações n.º 6881/DOM/2026 e n.º 7045/DOM/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar os trabalhos complementares descritos na proposta de trabalhos a mais TM003, de 5 de julho, e fundamentados na informação n.º 6881/DOM/2026.



Câmara Municipal

4

N.º 19 – EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS PARA HABITAÇÃO A EDIFICAR NA TRAVESSA DR. GIL MARTINS - CHROMELA – revisão de preços (218/EMPR/DOM/2026 - 58/CONPUB/DOM/2024)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o quinto cálculo da revisão de preços da empreitada de conceção-construção dos edifícios para habitação a edificar na Travessa Dr. Gil Martins – Chromela, a título provisório, nos termos e fundamentos da informação n.º 7074/DOM/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar o quinto cálculo da revisão de preços, a título provisório, no valor de 186.740,05€ (cento e oitenta e seis mil, setecentos e quarenta euros e cinco cêntimos);

Mandar pagar ao empreiteiro a quantia de 64.170,92€, acrescida do IVA, no valor total de 68.021,18€ (sessenta e oito mil, vinte e um euros e dezoito cêntimos).

N.º 20 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB 2+3 GUALDIM PAIS- revisão de preços (217/EMPR/DOM/2026 - 29/CONPUB/DOM/2024)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o quarto cálculo da revisão de preços da empreitada de requalificação da Escola EB 2+3 Gualdim Pais, a título provisório, nos termos e fundamentos da informação n.º 7046/DOM/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar o quarto cálculo da revisão de preços, a título provisório, no valor de 27.281,12€ (vinte sete mil, duzentos e oitenta e um euros e doze cêntimos);

Mandar pagar ao empreiteiro a quantia de 8.051,96€, acrescida do IVA, no valor total de 8.535,08€ (oito mil, quinhentos e trinta e cinco euros e oito cêntimos).

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PARTILHADOS:

N.º 21 – REGRAS DE TRANSPARÊNCIA DECORRENTES DA LEI N.º 5-A/2026, DE 28 DE JANEIRO - Registo de Transparência da Representação de Interesses e adesão ao Código de Conduta (231/PGEN/DF/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 2420/DF/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal os procedimentos inerentes ao cumprimento das obrigações decorrentes da Lei n.º 5-A/2026, de 28 de janeiro, que aprova as regras de transparência aplicáveis a entidades privadas, nacionais e estrangeiras, que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e cria o Registo de Transparência da Representação de Interesses, nos respetivos termos.

Proposta de Deliberação: designar o Gabinete de Apoio à Presidência como serviço responsável pela coordenação, acompanhamento e monitorização do cumprimento das obrigações decorrentes da Lei n.º 5-A/2026, nos termos propostos na informação técnica;

Apreciar e deliberar a adesão formal do Município de Tomar ao Código de Conduta para as relações entre representantes de interesses legítimos e entidades públicas, aprovado em anexo à Lei n.º 5-A/2026, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do referido diploma.



Câmara Municipal

DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA:

N.º 22 - EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA HABITAÇÃO A EDIFICAR EM MARMELAIS – segundo adicional ao contrato (3991/ENTE/DAJA/2026 - 7/CONPUB/DOM/2025)

Proposta de Deliberação do Presidente referente à informação n.º 2339/DF/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal, na sequência da deliberação tomada a 13 de julho, a minuta do segundo adicional ao contrato de empreitada de conceção-construção de um edifício para habitação a edificar em Marmelais, relativa à prorrogação do prazo de execução da empreitada.

Proposta de Deliberação: aprovar a minuta do segundo adicional ao contrato de empreitada de conceção-construção de um edifício para habitação a edificar em Marmelais, n.º 2026_080, nos seus exatos termos, ao abrigo do disposto no artigo 36.º do CCP, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.

UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

N.º 23 – BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO – dados estatísticos do ano de 2026 (83/PGEN/DAJA/2026)

Proposta do Presidente referente à informação n.º 2920/DAJA/2026 e aos dados estatísticos do Balcão Único de Atendimento relativos ao primeiro semestre do corrente ano.

Proposta: tomar conhecimento.

N.º 24 – INSPEÇÃO PERIÓDICA DE ELEVADOR – isenção parcial de taxas (4397/ENTE/DAJA/2026 - 58/ASCEN/DAAOA/2013)

Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção parcial da taxa aplicável à inspeção periódica do elevador EL/CMT/25A, instalado em edifício da Santa Casa da Misericórdia de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 2964/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar a isenção parcial da taxa, no montante de 135,51€ (cento e trinta e cinco euros e cinquenta e um cêntimos), ao abrigo do n.º 1 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.

N.º 25 – INSPEÇÃO PERIÓDICA DE ELEVADOR – isenção parcial de taxas (3871/ENTE/DAJA/2026 - 241/ASCEN/DAJA/2015)

Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção parcial da taxa aplicável à inspeção periódica do elevador EL/CMT/240, instalado em edifício da Associação de Apoio Social da Freguesia de São Pedro de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 2836/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: aprovar a isenção parcial da taxa no montante de 135,51€ (cento e trinta e cinco euros e cinquenta e um cêntimos), ao abrigo do n.º 1 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.



Câmara Municipal

✍

N.º 26 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Centro Recreativo e Cultural da Freguesia de Carregueiros (46/PUBO/DAJA/2026- 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva ao Festival de Folclore, em Carregueiros, no período de 13 a 25 de julho, nos termos e fundamentos da informação n.º 2884/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1169/DAJA/2026, de 14 de julho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 27 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Alviobeira (36/PUBO/DAJA/2026- 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa de verão, em Alviobeira, no período de 17 a 31 de julho, nos termos e fundamentos da informação n.º 2915/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1196/DAJA/2026, de 15 de julho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 28 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Recreativa e Cultural de Além Ribeira (44/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa de verão, em Vale Venteiro, no período de 20 de julho a 3 de agosto, nos termos e fundamentos da informação n.º 2901/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1188/DAJA/2026, de 14 de julho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 29 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Recreativa do Alqueidão (47/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa anual em Alqueidão, no período de 21 a 31 de julho, nos termos e fundamentos da informação n.º 2990/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1218/DAJA/2026, de 21 de julho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal

N.º 30 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Cultural e Recreativa Amendoense (49/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa em honra de São José e Nossa Senhora de Fátima, em Amêndoa, no período de 26 de julho a 9 de agosto, nos termos e fundamentos da informação n.º 2991/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1216/DAJA/2026, de 21 de julho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 31 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Associação Cultural, Recreativa e Social da Venda Nova (4309/ENTE/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação do Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à festa de verão, em Venda Nova, no período de 20 a 26 de julho, nos termos e fundamentos da informação n.º 2952/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: ratificar o despacho n.º 1215/DAJA/2026, de 20 de julho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

N.º 32 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Alviobeira (37/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet submetendo a aprovação do Executivo Municipal o pedido de autorização para colocação de publicidade alusiva à festa de verão, em Torre, no período de 1 a 15 de agosto, nos termos e fundamentos da informação n.º 2808/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: autorizar a publicidade nos termos da referida informação, ao abrigo do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na sua atual redação.



Câmara Municipal



DEPARTAMENTO DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:

DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA:

N.º 33 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Manuel Rodrigues, representado por Bruna Patrícia Tavares Rafael (440/JUEL/DGT/2026 - 503/EDIF/DGT/2025)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo a aprovação do Executivo Municipal, na sequência da deliberação tomada a 18 de maio e da pronúncia do requerente, em sede de audiência prévia, o indeferimento, em definitivo, do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 1.671,47 m², a destacar do prédio rústico sito em Cabeças, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 1156/19780121, requerida por Manuel Rodrigues, representado por Bruna Patrícia Tavares Rafael, nos termos e fundamentos das informações n.º 12427/DGT/2026 e n.º 12518/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: não autorizar, em definitivo, a certificação de destaque, ao abrigo do n.º 9 do artigo 6.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 12427/DGT/2026.

N.º 34 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Carlos Manuel de Oliveira Inácio Santos e Susana Maria Amor dos Santos Inácio (286/JUEL/DGT/2026 - 517/EDIF/DGT/2025)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 3.170,00 m², a destacar do prédio rústico sito em Vermoeiros, Freguesia de São Pedro de Tomar, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 1058/19900424, requerida por Carlos Manuel de Oliveira Inácio Santos e Susana Maria Amor dos Santos Inácio, nos termos e fundamentos das informações n.º 12812/DGT/2026 e n.º 12837/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: autorizar a certificação de destaque, com os condicionamentos descritos no ponto 3 da informação n.º 12812/DGT/2026 e considerando as áreas descritas no ponto 2.2., ao abrigo do n.º 9 do artigo 6.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

N.º 35 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Francisco de Jesus Pimenta (240/ECER/DGT/2026 - 235/EDIF/DGT/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 1.019,44 m², a destacar do prédio misto sito em Casais dos Frades, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 6040/20260119, requerida por Francisco de Jesus Pimenta, nos termos e fundamentos das informações n.º 12204/DGT/2026 e n.º 12257/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: autorizar a certificação de destaque, com os condicionamentos descritos no ponto 7 da informação n.º 12204/DGT/2026, ao abrigo do n.º 9 do artigo 6.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.



Câmara Municipal

4

N.º 36 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Fernanda da Costa Cruz (263/ECER/DGT/2026 - 260/EDIF/DGT/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso submetendo a aprovação do Executivo Municipal o indeferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 2.888,00 m², a destacar do prédio urbano sito em Casal Castilho, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 3152/20001019, requerida por Fernanda da Costa Cruz, nos termos e fundamentos das informações n.º 13172/DGT/2026 e n.º 13224/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: não autorizar a certificação de destaque, ao abrigo do n.º 9 do artigo 6.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 13172/DGT/2026, designadamente por se verificar o não enquadramento da pretensão nos pressupostos definidos no n.º 4 do referido artigo 6.º, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera o indeferimento definitivo.

N.º 37 – LEGALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE ANEXO E PISCINA COMPLEMENTARES A EDIFÍCIO DE SERVIÇOS EXISTENTE (ALOJAMENTO LOCAL) E A NÚCLEO MUSEOLÓGICO – Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar (133/RJUE/DGT/2026 - 297/EDIF/DGT/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo 297/EDIF/DGT/2026, em que é requerente a Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a emissão de parecer prévio não vinculativo favorável à operação urbanística para legalização da construção de anexo e piscina complementares a edifício de serviços existente (Alojamento Local) e a Núcleo Museológico, sito na rua da Alegria, em Portela, Freguesia de São Pedro de Tomar, nos termos e fundamentos das informações n.º 13292/DGT/2026 e n.º 13314/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: emitir parecer prévio não vinculativo favorável às obras de conservação do edifício, condicionado ao cumprimento das normas técnicas e regulamentares aplicáveis descritas no parecer, e com os condicionamentos descritos no ponto 7 da informação n.º 13292/DGT/2026, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 7.º do regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

N.º 38 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA – isenção de taxas (289/PEDI/DGT/2026 - 726/DIVER/DGT/2026)

Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet referente ao processo n.º 726/DIVER/DGT/2026, em que é requerente o Centro de Assistência Social de Tomar, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o pedido de isenção da taxa de apreciação dos pedidos de informação prévia a decorrer nos processos 282/EDIF/DGT/2026 e 283/EDIF/DGT/2026, no valor global de 250,50€ (duzentos e cinquenta euros e cinquenta cêntimos), nos termos e fundamentos da informação n.º 2812/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: isentar as taxas de apreciação dos processos identificados, ao abrigo da alínea a) do n.º 7 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.



Câmara Municipal

4

N.º 39 – COMUNICAÇÃO DE UTILIZAÇÃO APÓS OPERAÇÃO URBANÍSTICA SUJEITA A CONTROLO PRÉVIO – isenção de taxas (149/EALV/DGT/2026 - 180/EDIF/DGT/2023)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 180/EDIF/DGT/2023, em que é requerente o Instituto Politécnico de Tomar, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de isenção das taxas devidas no âmbito da comunicação de utilização da residência para estudantes sita na avenida Dr. Cândido Madureira, n.º 9 a 17, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, após operação urbanística sujeita a controlo prévio, calculadas em 1.744,18€ (mil, setecentos e quarenta e quatro euros e dezoito cêntimos), nos termos expostos na informação n.º 13331/DGT/2026 e tendo por base o Parecer n.º 42/DAJA/2026.

Proposta de Deliberação: decidir sobre a isenção de taxas requerida, nos termos expostos na informação n.º 13331/DGT/2026, e tendo por base o Parecer n.º 42/DAJA/2026 do Dr. Humberto Simões, em processo da mesma entidade, decidindo o Executivo Camarário reconhecer o relevante interesse municipal da obra a prosseguir no local em referência pelo Instituto Politécnico de Tomar, deferir a isenção de taxas requerida, ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.

N.º 40 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Ana Catarina Parente de Jesus Fidalgo (908/JUEL/DGT/2025 - 318/EDIF/DGT/2024)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 318/EDIF/DGT/2024, em que é requerente Ana Catarina Parente de Jesus Fidalgo, relativo ao licenciamento para reconstrução de um edifício habitacional sito na Avenida António Fonseca Simões, n.º 88-92, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a dispensa de nove lugares privados de estacionamento, mediante pagamento de compensação, em numerário, pelos fundamentos apresentados no ponto 6 da informação n.º 11727/DGT/2026, nos termos do parecer n.º 252/DGT/2026 e da informação n.º 12278/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: aceitar a dispensa de nove lugares privados de estacionamento, nos termos no ponto 5.4 do artigo 23.º do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação (RMUE) em vigor, mediante o pagamento de compensação em numerário no montante de 3.781,30€ (três mil, setecentos e oitenta e um euros e trinta cêntimos).

N.º 41 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade (561/JUEL/DGT/2024 - 262/EDIF/DGT/2021)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 262/EDIF/DGT/2021, em que é requerente Emblematic Blue Limitada, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração de caducidade do licenciamento para ampliação de um edifício de habitação e construção de um anexo e piscina na Rua dos Troviscais, em São Silvestre, União das Freguesias de Madalena e Beselga, nos termos e fundamentos das informações n.º 409/DGT/2026 e n.º 472/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: declarar a nulidade do despacho n.º 2074/DGT/2025, de 20 de maio, ao abrigo do n.º 2 do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo, com os fundamentos da alínea g) do n.º 2 do artigo 161.º do mesmo diploma;

declarar a caducidade do licenciamento, ao abrigo do n.º 6 do artigo 20.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de



Câmara Municipal



30 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

N.º 42 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade
(577/JUEL/DGT/2024 - 99/EDIF/DGT/2023)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 99/EDIF/DGT/2023, em que é requerente Bandb, Limitada, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para construção de moradia unifamiliar, piscina e muros de vedação em Rua Vale de Moleiras, Outeiro do Forno, União das Freguesias de Serra e Junceira, nos termos e fundamentos das informações n.º 17876/DGT/2026 e n.º 18116/DGT/2025.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

N.º 43 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade
(594/JUEL/DGT/2024 - 534/EDIF/DGT/2023)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 534/EDIF/DGT/2023, em que é requerente Ana Cristina da Conceição Ferreira, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para construção de muro confinante com a via pública, na Rua Dr. Júlio H. Lopes Carvalheiro, em Calçadas, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, nos termos e fundamentos da informação n.º 3888/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

N.º 44 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade
(937/JUEL/DGT/2024 - 60/EDIF/DGT/2024)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 60/EDIF/DGT/2024, em que é requerente Artur Santos Vicente, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento de obras de construção de habitação unifamiliar, anexo e piscina, em Amieiros, Alverangel, Freguesia de São Pedro de Tomar, nos termos e fundamentos das informações n.º 13931/DGT/2025 e n.º 5180/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento, ao abrigo do n.º 6 do artigo 20.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.



Câmara Municipal

N.º 45 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Declaração de Caducidade
(43/CITR/DGT/2025 - 553/EDIF/DGT/2025)

Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 553/EDIF/DGT/2025, em que é requerente Templobrazões Investimentos, Limitada, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento de obras de reconstrução de imóvel destinado a habitação unifamiliar de dois pisos, na Rua da Capela, em Brazões, Freguesia de Carregueiros, inerente ao Processo n.º 972/99, em que é requerente Joaquim Caetano Maroco, nos termos e fundamentos das informações n.º 12870/DGT/2025 e n.º 357/DGT/2026.

Proposta de Deliberação: declarar a caducidade do licenciamento inerente ao Processo n.º 972/99, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.